

GDF alerta para guerra de impostos

Os bens considerados "supérfluos", que pela legislação do novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) são taxados em 25 por cento, teriam tratamento unificado em todo território nacional, para evitar a eclosão de guerras fiscais. Esta será a proposta do Governo do Distrito Federal (GDF) na próxima reunião do Conselho de Política Fazendária (Confaz), no dia 21.

O Confaz reúne os secretários de Fazenda de todos os estados e nesta reunião deverá definir as regras definitivas para o novo sistema tributário nacional, como o ICMS e a extinção dos impostos únicos federais sobre energia elétrica, combustíveis, minerais e sobre comunicações.

A proposta do GDF visa evitar uma guerra fiscal entre o DF e Goiás, onde os veículos de passeio e utilitários até uma tonelada têm alíquota de 17 por cento, enquanto em Brasília, eles foram considerados produtos "supérfluos" e taxados com 25 por cento. Se não houver tratamento unificado sobre os "supérfluos", o resultado poderá ser sentido já a partir da entrada em vigor do novo sistema, prevista para primeiro de março, com a perda de receita do GDF e um provável aumento das vendas de veículos, utilitários e motos de mais de 180 cilindradas nas concessionárias do entorno.

Além destes produtos também seriam taxados em Brasília com as alíquotas máximas, de 25 por cento, as armas e munições, as embarcações de esporte e de recreio, os cosméticos, os perfumes, as bebidas alcoólicas, o fumo e seus derivados.

CONGELAMENTO

Segundo o secretário de Finanças em exercício, Antônio Barbosa, a pretensão inicial dos secretários de Fazenda era de que as alíquotas do novo imposto, ICMS, fossem definidas de maneira a não representar aumentos da carga tributária atual, apenas substituindo as alíquotas cobradas atualmente. Isto permitiria uma transição tranquila, inclusive quanto ao congelamento de preços em vigor.

A não interferência com o congelamento foi o principal argumento utilizado pelo governador do DF, Joaquim Roriz, para defender a tese de prorrogar a entrada em vigor do novo sistema tributário nacional para primeiro de abril. Esta proposta poderá ser feita pelo GDF, apesar da resistência manifestada pelas demais unidades da Federação, cabendo a decisão ao governador.

O ICMS será a principal fonte de receita dos estados na nova ordem tributária, definida na Constituição. Na previsão da secretaria de Finanças, o GDF deverá arrecadar neste ano NCZ\$ 122 milhões com o ICMS.